

FÍSICOS, CIRURGIÕES E BOTICÁRIOS NAS NAUS DOS DESCOBRIMENTOS *

por
Aníbal de Castro **

Quando, depois de ter contado a aparição simultaneamente como-vedora e temerosa do Adamastor, Vasco da Gama narra ao rei de Melinde o surto devastador do escorbuto, que é, afinal, a primeira concretização das suas terríveis ameaças, traça-nos um desolador e repugnante quadro de destruição e morte, do qual está ausente a figura do médico:

“E foi que de doença crua e feia,
A mais que eu vi, desepararam
Muitos a vida, e em terra estranha e alheia
Os ossos pera sempre sepultaram.
Quem haverá que, sem o ver, o creia,
Que tão disformemente ali lhe incharam
As gengivas na boca, que crecia
A carne e juntamente apodrecia?

Apodrecia cum fétido e bruto
Cheiro, que o ar vizinho inficionava.
Não tínhamos ali médico astuto,

* O texto que aqui se publica foi elaborado para a sessão inaugural do X Congresso Internacional de Cirurgia de Urgência, realizado em Lisboa, a 16-06-1991, a pedido do meu velho condiscipulo do Liceu e hoje distinto Professor de Medicina Doutor Jorge Bessa. Conhecedor da sua existência, o meu prezado colega e amigo Professor Doutor Teodoro de Matos pediu-me para o passar à letra de forma. À amizade de ambos cabe, pois, a responsabilidade desta minha incursão por termos que me são tão alheios.

** Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra.

Cirurgião sutil menos se achava;
Mas qualquer, neste ofício pouco instruto,
Pela carne já podre assi cortava
Como se fora morta, e bem convinha.
Pois que morto ficava quem a tinha”¹.

Não me parece que, ao referir tão explicitamente a total ausência de médico ou cirurgião, estivesse Camões a fugir à verdade histórica, por amor da hiperbolização poética. Das duas vezes que se refere à terrível doença, quando da paragem no Rio dos Bons Sinais, à ida, e na travessia da Ilha de Angediva para Melinde, no regresso, o Roteiro de Álvaro Velho também lhes não faz a menor alusão².

Esta mesma realidade parece inferir-se, não apenas da escassez de referências documentais, mas de várias passos dos relatos de naufrágios reunidos no século XVIII por Bernardo Gomes Brito na *História trágico-marítima*. Vejamos apenas dois casos, tanto mais significativos quanto ocorridos já na segunda metade do século XVI.

O primeiro vem narrado por Henrique Dias na *Relação e naufrágio da Nau S. Paulo*, que foi para a Índia no ano de 1560.

Partidos de Lisboa a 20 de Abril, viram-se arrastados para as calmarias da Costa da Guiné, de onde lhes foi muito difícil sair. Passado um mês, grassava na nau uma enfermidade caracterizada por inchações e febres tão altas que os doentes deliravam. O quadro era, como sempre em tais casos, lancinante:

“Era cousa lastimosa e de compaixão, ver os pobres soldados sangrados quatro e cinco vezes, deitados no convés da nau ao sol e à chuva - que quasi nenhum dia, nesta paragem, deixámos de ter contínuas trovoadas; e, para ser em nau, foram estes primeiros tão bem curados, e com tanta diligência e caridade (porque havia na nau com quê e quem lho fizesse), que não sei (tirando o enfadamento do mar e mau gasalhado) se o foram melhor em terra”³.

¹ Luís de Camões, *Os Lusíadas*. Leitura, prefácio e notas de Álvaro J. da Costa Pimpão. Lisboa, Instituto de Alta Cultura 1972, ests. 81-82.

² Cf. *Roteiro da primeira viagem de Vasco da Gama (1497-1499)* por Álvaro Velho. Prefácio, notas e anexos por A. Fontoura da Costa. 3ª ed. Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1969, p. 19 e 77.

³ *História trágico-marítima* compilada por Bernardo Gomes de Brito. Nova ed. publ. sob a direcção de Damião Peres. Porto, 1937, vol.III, p.14.

Parece, à primeira vista, que aquele *havia quem o fizesse* aponta para a presença de médico a bordo; trata-se apenas de uma discreta fórmula de modesto anonimato, a encobrir a intervenção do próprio autor, visto que, três páginas adiante, ao referir o agravamento da situação, diz:

“E veio a cousa a tanto, que houve muitos dias juntos trezentos e cinquenta doentes, e dia que se davam setenta e oitenta sangrias; e sangravam por meu mandado o barbeiro da nau, o piloto e sota-piloto, e um grumete que o fazia mui bem”⁴.

O segundo caso, encontro-o na *Relação do naufrágio da Nau Santiago*, de 1585, escrita por Manuel Godinho Cardoso. Aí se refere que, logo depois da partida de Lisboa, ocorrida a 1 de Abril, se deliberou “que se elegesse um enfermeiro cada semana para os pobres que adoecessem”. O capitão-mor desempenhou o encargo durante a primeira semana; seguiram-se outros dois voluntários, mas elevaram de tal modo o seu desempenho, deixando tão “grandes obrigações de caridade e liberalidade aos sucessos”, que “pareceu melhor que houvesse um enfermeiro certo para toda a viagem, fazendo ao Padre Zapata prefeito dos doentes, com encargo de lhes buscar de esmolas todo o necessário”⁵.

Sinal não menos sintomático de tal situação parece-me a escassez de notícias documentais e literárias acerca de tão importante matéria. Os grandes *corpora* de documentos sobre os Descobrimentos portugueses, muito em especial os *Monumenta Henricina*⁶ e os que João Martins da Silva Marques⁷ reuniu, não fornecem elementos particularmente significativos. E pouco melhores resultados alcançará quem percorrer os textos cronísticos de Zurara. Só muito recentemente o Senhor Comandante

⁴ *Ib.*, p.17.

⁵ *Ib.*, vol. IV, p.12.

⁶ Publicados, entre 1960 e 1974, em 15 volumes, pela benemérita Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da morte do Infante D. Henrique, com direcção, organização e anotação crítica do Padre António Joaquim Dias Dinis, O.F.M.

⁷ *Descobrimientos Portugueses*. Documentos para a sua história publicados e prefaciados por João Martins da Silva Marques. Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1944-1971 (3 vols em 4 ts.).

Vasconcellos e Menezes reuniu um substancial conjunto de notícias que permitem conclusões um pouco mais seguras⁸.

Procurarei, no entanto, com base nesses elementos e em outros recolhidos ao longo de extensas, mas agradáveis, horas de leitura, clarificar um pouco mais a questão, tendo sobretudo em conta que a situação não foi sempre a mesma ao longo dos séculos XV e XVI e que, à medida que a experiência ia dando aos navegadores e responsáveis pela organização das viagens novos ensinamentos, foi naturalmente crescendo a atenção consagrada aos problemas da saúde nas armadas de Portugal e nas guarnições das fortalezas e feitorias que as apoiavam em terra.

Uma conclusão parece desde logo legítima e segura: até finais do século XV, seriam muito poucas as armadas que levavam médicos ou oficiais de saúde nas suas guarnições⁹. A partir do início de Quinhentos, porém, tal presença foi-se tornando cada vez mais frequente, não tanto como elementos integrados nas tripulações, mas sim porque nelas se encontravam na qualidade de passageiros. É o caso, por exemplo, daquele Mestre João, físico, embarcado em 1500 na armada de Pedro Álvares Cabral, do Mestre Afonso, cirurgião, que em 1510 seguiu na frota de Diogo Mendes de Vasconcelos, ou de Mestre Lourenço, também cirurgião, que em 1512 embarcou na nau S. Gião, sob o comando de Garcia de Sousa¹⁰, para não falar de Garcia de Orta que velejou para a Índia em Março de 1534, na armada de Martim Afonso de Sousa¹¹, e em Goa viria a publicar, volvidos quase 30 anos, *os Colóquios dos simples e drogas e cousas medicinaes da India*¹².

Mas será que, mesmo no século XV, as armadas iam completamente desprovidas, ao partirem, de meios mínimos para o tratamento das mui-

⁸ Cf. José de Vasconcelos e Menezes, *Armadas portuguesas. Apoio sanitário na época dos Descobrimentos*. Lisboa, Academia da Marinha, 1987.

⁹ Vide Luís Pina, *A medicina embarcada nos séculos XVI e XVII*. Sep. de “Arquivo Histórico de Portugal”, Vol. IV. Lisboa, 1940, p. 12; Sebastião José de Carvalho, *Organização dos serviços clínicos a bordo das naus nos séculos XVI e XVII*, in “Terapêutica”, ano IV, nº 10, 1950, p. 28; e José de Vasconcellos Menezes, *op. cit.* p. 281 e *passim*.

¹⁰ Cf. Vasconcellos e Menezes, *op. cit.*, p. 235, 256 e 262.

¹¹ Vide Conde de Ficalho, *Garcia da Horta e o seu tempo*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1886, pp. 64-65 e segs.

¹² A igual conclusão chegava, em 1940, o Prof. Luís de Pina. (Cf. *op. cit.* p.12.)

tas e graves situações de doença que sobrevinham durante longas e arriscadas viagens, em climas para os quais o homem europeu não tinha ainda a menor adaptação?

É evidente que não.

Parece hoje fora de dúvida que, desde muito cedo, as caravelas do Infante levavam entre as suas provisões, alguns produtos que, em caso de necessidade, pudessem servir de mezinha nas enfermidades ou acidentes que sobreviessem às tripulações, embora as primeiras viagens, para a costa ocidental do continente africano e para as ilhas atlânticas, fossem de duração relativamente curta e, por conseguinte, não dessem lugar às graves doenças provocadas pela privação de alimentos frescos e de água potável durante os dilatados períodos a bordo, que caracterizariam depois a carreira da Índia, a principal das quais era, como se sabe, o escorbuto.

Vasco da Gama, se não dispunha de médico nem cirurgião *instruto*, levava uma dessas boticas de bordo, segundo pode inferir-se deste passo de Duarte Pacheco Pereira, no *Esmeraldo de situ Orbis*:

“... Os mantimentos de pam, vinho, farinhas, carnes, legumes e cousas de botica e asy armaria e bombardaria tudo isto foy dado em tanta habastança quanto ha necessidade do caso comvinha, e muyto mais”¹³.

Na armada que em 1500 levou Pedro Álvares Cabral ao Brasil, e em cuja tripulação se contava um barbeiro sangrador, com o soldo de três cruzados mensais, havia “em cada nao botica ordenada pera os doentes”, – refere Gaspar Correia, nas *Lendas da Índia*¹⁴.

E não faltam documentos, embora mais tardios, que nos dão preciosas indicações quanto à composição dessas boticas. Assim, no fundo do Corpo Cronológico do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (III, maço 7, nº 222), encontra-se um documento datado de 1518, cujo título, só por si, é por demais elucidativo: *Caderno das mezinhas que eu Joan fernandez botycario*

¹³ Duarte Pacheco Pereira, *Esmeraldo de Situ orbis*. Ed. crítica anotada por Augusto Epiphânio da Silva Dias. Sociedade de Geographia de Lisboa, 1905, p. 153.

¹⁴ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*. Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida. Porto, Lello & Irmão, 1975, vol. I, pp. 147 e 148.

dei per mandato do senhor governador pera os doentes desta armada. Referia-se à frota do Governador da Índia, Diogo Lopes de Sequeira¹⁵.

Do mais alto interesse para os especialistas é também a *Relacion de las medicinas y yerbas y agoas y azeytes y laxativos y cordiales y simples y ot.ªs casas q se comprarão de Johan vernal boticaº en XXVI de jullio de MDXIX*, para a armada em que Fernão de Magalhães ia empreender a primeira viagem de circum-navegação.

Não se me afigura menos relevante o *Rol da botiqua pera os cem homens da navegação de hũa nao pera India de quinhentas e cincoeta ate seiscentas tonelladas*, que consta do *Memorial de varias coisas importantes* contido no códice 637 manuscrito do Fundo Geral da Biblioteca Nacional de Lisboa¹⁶. É que, para além da indicação dos ingredientes, remédios e simples, regista rigorosamente as quantidades, calculadas em função da tripulação, do porte e do tempo de navegação previstos para o navio a que se destina.

Quanto a médicos e cirurgiões, não se encontram quaisquer referências, relativamente ao século XV. A necessidade e a importância da sua presença só vai revelar-se com a progressiva fixação das guarnições militares e das comunidades civis nas praças do Norte de África, embora o recrutamento desses quadros de saúde não fosse fácil. É o que me parece inferir-se do tom compulsivo de uma carta de 24 de Abril de 1443, em que o Regente D. Pedro, Duque de Coimbra, perdoa a Mestre Lançarote, cirurgião do Infante D. Henrique, o crime de adultério cometido com a sogra, sob a condição de ele viver dois anos seguidos em Ceuta¹⁷, ou de outra, em que o mesmo Duque de Coimbra perdoa a Mestre Dinis, seu cirurgião, o grave delito de ter agravado uma ferida a um seu doente para efeitos de justiça, mas sob igual condição de servir em Ceuta dois anos¹⁸.

No entanto, alguns desses médicos acabariam por fixar-se nas praças de África durante períodos mais ou menos longos. Foi o que aconteceu com Mestre Martinho Valerinho, físico do Infante D. Pedro, a quem D. Afonso V, por carta datada de Dezembro de 1442, concede uma tença anual de 5 000 reais, “por mujto serviço que nos fez em a cidade de Cepta per espaço de bijnte e seis anos”¹⁹.

¹⁵ *Apud* Luís de Pina, *op. cit.*, p.43.

¹⁶ Foi publicado por Carlos Silveira e Maria Cristina Silveira, *As boticas das naves de Quinhentos*. Lisboa, Ed.do Laboratório Lisfarma.

¹⁷ Vide *Monumenta Henricina*. Vol. VIII (1443.1445). Coimbra, 1967 p.60-61.

¹⁸ *Apud* José de Vasconcelos e Menezes, *op. cit.*, p. 218.

¹⁹ *Apud* id, id., p.217.

Não é difícil conjecturar que à medida que as condições de vida, tanto em passadio como em segurança, iam melhorando, a cobertura sanitária desses lugares se fosse tornando mais perfeita e eficaz. No *Regimento dos ordenados e mantimentos da gente de peleja e de soldo na cidade de Tânger*, datado de 1472, já D. Afonso V determinava que ao físico se pagassem 5 000 reais, ao cirurgião 3 000, e ao boticário 400; se o físico fosse também cirurgião, deveria receber apenas 6 000 reais²⁰.

O sinal mais inequívoco do progressivo desenvolvimento dos quadros sanitários nas infra-estruturas da actividade dos Descobrimentos e conquistas, encontro-a neste passo da bula *Orthodoxae Fidei*, de 18 de Fevereiro de 1486, de Inocêncio VIII. Ao conceder as indulgências próprias da cruzada a quantos participassem na empresa de África, mencionava o Pontífice como beneficiários dela (cito pela versão de Rui de Pina):

“[os] guerreiros e quaaesquer outros que os enuiarem; E asy os enuyados com quanto sejam pobres; como todallas outras pessoas que a gente de guerra conhocidamente ouuerem mester; a saber. todos e quaaesquer medicos; buticairos; spicieiros; çapateiros; alfayates; carniceiros; officiaaes de ferro e de madeira; carpenteiros; meestres dartelharias; e arteficiaaes de qualquer arteficio ao exercito conueniente; tendeiros; uendeiros; mercadores; e quaaesquer que trouxerem ou mynistrarem pera a dita guerra meezinhas bitualhas; e as outras cousas a ella necessareas”²¹

À medida que, como veremos, o apoio sanitário às guarnições e núcleos populacionais de terra passou a contar com hospitais, a situação foi conhecendo considerável progresso e melhoria. Entretanto, a caridade e a dedicação dos capitães e dos vários escalões de comando supriam carências que só o tempo viria minorar. Foi o que aconteceu com Paulo da Gama. Ao referir como o terrível surto do escorbuto dizimava a tripulação da frota de Vasco da Gama, conta Fernão Lopes de Castanheda:

²⁰ Vide *Descobrimentos portugueses. Documentos para a sua história*. Publicados e prefaciados por João Martins da Silva Marques, vol. III (1461-1500), p. 110.

²¹ *Ib.*, p. 306.

...”neste tempo passarão os nossos assaz de trabalho com hũa doença que lhes sobreueo, (parece que do ar daquela região) que a muytos lhes inchavão as mãos, & as pernas & os pees. E cõ isto lhes crecião tâto as gengiuas sobre os dentes que não podião comer & apodreciã lhe, de maneyra que não auia quem soportasse ho fedor da boca, & cõ estes males padecião dores muy grandes & morrerão alguns: o que poos a gente em grãde desmayo. E em muyto mayor a posera se não fora por Paulo da gama ã era de tão boa condição que de noyte & de dia visitaua todos, & os consolaua & curaua, & repartia cõ eles muy largamente dessas coisas de doentes que leuaua pera sua pessoa”²².

Repare-se, de passagem, em como os tripulantes de maior poder econômico e de mais elevada condição social dispunham de botica própria, vantagem que não estaria certamente ao alcance de outros menos providos.

Noutros casos a experiência e a capacidade de improvisação facultariam os meios para enfrentar as dores da realidade. É o que se conclui dos versos de Camões e de uma referência que colho nos *Comentários*, de Afonso Albuquerque, quando o autor, ao narrar a conquista de Goa, em 1510, menciona certo João d’Eiras, “hum galego, que fora marinheiro, e antre as nossos servia de cirurgião”²³.

Com o tempo, a consciência destas carências levou o Poder Régio a determinar medidas concretas. Assim, pelo menos a partir da viagem de D. Francisco de Almeida, em 1505, já investido na dignidade de Vice-Rei da Índia, os regimentos dados às armadas incluem habitualmente um capítulo consagrado à “cura dos doentes”²⁴. Vejam-se como exemplo estas recomendações do regimento dado pelo Rei D. Manuel a Fernão Soares

²² Fernão Lopes de Castanheda, *História do descobrimento e conquista da Índia pelos Portugueses*. Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida. Porto, Lello & Irmão, 1979, vol. I, p.18.

²³ *Comentários* de Afonso de Albuquerque. 5ª ed. conforme a 2ª ed., de 1576. Com prefácio de Joaquim Veríssimo Serrão. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973, t.I, Partes I e II, p. 218 (Parte II, cap. XXXIX).

²⁴ Cf. *Alguns documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo acerca das navegações e conquistas portuguesas publicadas por ordem do Governo de Sua Magestade Fidelíssima ao celebrar-se a commemoração a quadricentenária do Descobrimento da América*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1892, p.140.

capitão da armada que, composta de sete navios, zarpou para a Índia, nos começos de Abril de 1507:

“Item. A cura dos doemtes em vosa naao e de todas as outras vos emcomendamos muyto, que se tenha d’ello boom cuidado, e se faça o melhor, que ser poder, e que asy o emcareguês de nosa parte a todos os capitães das ditas naaos, a que dirês que ajam por certo que, alem de o deverem asy fazer por suas bomdades e comciencias, nos faram niso muyto serviço; e, tamto que forem doemtes, os faram loguo confessar e fazer seus testamentos, em que decrarem os descareguos de suas comciencias, e a quem ha de ser dado o seu; e, posto que atras, pello primeiro capitulo d’este regimento, seja mandado que façam certa decraraçam de seus nomees, e apelidos nos livros dos scripvães pera serem melhor conhecidos elles, e seus erdeiros, o faram também nos ditos testamentos, polla ordem do dito capitulo; e, se algũuns faleçerem seram loguo feitos seus emventairos pollos scripvães das ditas naaos de todo o que lhe for achado, e sera posto a tall recado, que se nam perca cousa algũa, pera se dar a quem de direito pertença, com o solldo e ordenado, que ate o dia do seu faleçimento tiverem mercido, do qual os scripvães faram decraraçam ao pee ou marguem do asemto, que tiverem em seus livros, o nome de cada huum, pera por elle fazerem suas comtas”²⁵.

Se bem repararmos, os cuidados com a alma e com os haveres materiais dos presumíveis defuntos prevalecem sobre os que diziam respeito ao corpo; além de que não se indicam quais os meios de que a armada dispunha para fazer face aos problemas de saúde ou de sanidade. Mas parece fora de dúvida que, nesta época, já as frotas, pelo menos as mais importantes, dispunham a bordo de gente capaz de, com maior ou menor formação científica e técnica, acorrer ao mais urgente. Até porque muita dessa gente se destinava a exercer o seu mister nas fortalezas do Oriente.

É assim que na frota de Pero Álvares Cabral encontramos o Bacharel Mestre João, físico e cirurgião, que, a 1 de Maio de 1500, escreve ao Rei D.

²⁵ *Ib.*, p. 180.

Manuel, uma extensa carta, dando-lhe parte do achamento da Terra de Santa Cruz e comunicando-lhe circunstanciadas observações geográficas e astronómicas, entre as quais a notícia da constelação do Cruzeiro do Sul²⁶.

E num rol de pagamentos feitos por Pero de Anaia ao pessoal da fortaleza de Sofala, em Fevereiro de 1506, encontramos um certo Mestre Jerónimo, físico, um tal Jorge, “seu homem”, isto é, seu auxiliar, e um barbeiro, chamado Afonso Gonçalves. Não será ousado concluir que este Mestre Jerónimo e a sua equipa tenham viajado na armada que, sob o comando do mesmo Pero de Anaia, saíra de Lisboa a 18 de Maio do ano anterior²⁷.

Claro está que, em situações de guerra, a necessidade de físicos, cirurgiões e barbeiros se fazia sentir com maior premência. E temos notícia de que, em tais ocasiões, sobretudo quando preparadas, eles não estariam ausentes. É o que se infere de um passo das *Lendas da Índia*; quando narra a tentativa de conquista de Calecut, feita pelo Marechal D. Fernando Coutinho, a 2 de Janeiro de 1510, refere Gaspar Correia, ao acentuar o terrível desastre militar sofrido pelos Portugueses:

“O Governador, recolhido na galeota, mandou Duarte de Mello no bargantym que foy tomar todolos selurgyões e fisyquos, e corresse toda armada, e fossem curados todos os feridos, encomendando muyto aos capitães seu reparo”²⁸.

Na terceira viagem que fez à Índia, em 1524, o Vice-Rei D. Vasco da Gama fazia-se acompanhar de um médico, “que tinha conhecimento da arte de astrologia” e que, segundo referem Francisco de Andrada e Gaspar Correia, lhe deu a explicação do maremoto que a armada sentiu, ao tocar a costa do Malabar, em Dabul²⁹.

Certas notícias permitem mesmo ter uma ideia do modo prático como alguns desses médicos exerciam as suas funções. Falecido D. Vasco

²⁶ Cf. João Martins da Silva Marques, *op et loc.*, pp. 607-608.

²⁷ *Apud* José de Vasconcellos e Menezes, *op. cit.*, pp. 238-240.

²⁸ *Lendas da Índia*, ed. cit., vol. II, p. 25.

²⁹ Vide Francisco de Andrada, *Crónica de D. João III*. Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida. Porto, Lello & Irmão, 1976, p. 154; e Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, ed. et loc. cit., p. 817.

da Gama, sucedeu-lhe D. Henrique de Meneses. Ora, dando conta dos actos do seu governo, refere ainda Gaspar Correia o seguinte:

“Sendo partidas as naos do Reyno, o Governador se foy achando mal; polo que os mestres lhe dixerão que se fosse a Cananor, que era melhor pera sua saude que Cochym. Dandolhe d’ysso rezão, elle muyto defendeo aos mestres que nom dixerem o muyto que seu mal crecia”.

Correndo a costa, encontrou D. Henrique uma armada de Calecut, preparando-se para a peleja. Foi então que, “andando assy de hum cabo pera outro, deu huma topada que toquou a chaga da perna, que lhe deo grande dor, e sayo muyto sangue, e logo se achou muyto mal...”³⁰.

Outra fonte, recolhida no *Livro terceiro de Memórias do Oriente*, acrescenta mais alguns pormenores: no decorrer do combate, “quando pella tarde quis curar a perna a achou muyt asanhada e com humas nodosas negras, que o cirurgião julgou por ruim sinal, e depois de a curar foi surgir em Cananor. Aquy foi o mal crescendo de feiçam, que obrigou o cirurgião e médico a lhe pedirem passace do galeão a fortaleza porque sua senhoria estava em estado que necessitava curar-se em parte onde ouvesse mais comodidade pera a cura daquele achaque”³¹.

Até que, com o correr do tempo e, certamente, com o aumento do número de profissionais da saúde interessados em tentar a aventura da Índia, começa a estabelecer-se aquilo a que chamaríamos hoje um quadro de pessoal sanitário. Aduzirei, como prova dessa evolução, apenas dois factos.

O primeiro é documentado pela seguinte carta emanada da chancelaria de D. João III, com data de 1 de Fevereiro de 1530, na qual, pela primeira vez, que eu saiba, o Poder Régio nomeia oficialmente um cirurgião para as armadas.

“Dom João, etc. Faço saber a vos meu capitam moor e g.^o das partes da Índia e veador da Mynha faz.^{da} em ella ã pelo ã conñio de mestre garcy a solorgiam q ã servira como a meu serviço compriu ho envyo ora a esas partes por me nelas servyr em o ofic-

³⁰ Loc. cit., pp. 969-970.

³¹ *Apud* José de Vasconcellos e Menezes, *op. cit.*, p. 275.

yo de solorgiam nas minhas armadas e em qualquer outro lugar q̃ lhe por vos for mandado e comprira com o ql cargo sempre bem q̃ aja d'ordenado p. aver do dia q. do se partyr endiãnte em quando me no dito cargo servir vynte cymquo mil rs. porem vos mando que lhe leyxeis aver o dito ordenado e lho mandeis la pagar sem lhe nyso pordes duvyda ne embargo algum por que asy ho ey p bem e o dito m^{te} garcyra jurara na minha chancelaria aos santos evangelhos q̃ bem e verdadeyramente syrvara a fara o dito cargo como a meu servyço cumpra”³².

O segundo passa-se quando o Governador Nuno da Cunha surge na barra de Diu, em Fevereiro de 1536. Temeroso do poderio da armada, o sultão Badur tenta envenená-lo enviando-lhe um presente de caça, cujas peças levavam pedaços cortados. É então que “João Rodrigues Fysico mór da Índia, que estava presente, notando aquellas partes cortadas, disse ao Governador, que tudo aquillo ia empeçonhento; pelo que mandou logo metter tudo em hum navio, pera que se fosse lançar no mar com a vasante da maré”³³.

Significam estes factos que, no começo da década de trinta os serviços sanitários que actuavam nas nossas possessões do Oriente contavam já com, pelo menos, um cirurgião que superintendia na assistência prestada aos soldados e marinheiros embarcados, e com um médico-chefe, denominado *físico-mor*, com funções equivalentes, se é que ambos os cargos não coincidiam, talvez temporariamente na mesma pessoa.

Factor de maior importância para a progressiva melhoria das condições de saúde de que os nossos marinheiros e soldados dispunham a bordo, foi indubitavelmente a proliferação dos hospitais em terra. Seria longo e por certo cansativo enumerar aqui os sucessivos passos do estabelecimento dessa rede que, para o tempo, se me afigura de malhas bastante apertadas e de razoável qualidade, sobretudo no Oriente. Sirva de apoio às minhas afirmações dizer ou lembrar que, a 3 de Maio de 1504 deu D. Manuel I autorização para a construção de um hospital em S. Tomé, dotando-o com uma verba anual³⁴. Já

³² *Apud.* José de Vasconcellos e Menezes. *op. cit.*, p. 278.

³³ Diogo do Couto, *Da Ásia*, Década V, Parte I. (Livro I, cap. IX) Lisboa, na Régia Oficina Tipográfica, 1779, p. 93.

³⁴ Vide *Monumenta Missionaria Africana*, vol.I, doc. 54.

vimos como, em 1505, Solafa estava provida de estruturas sanitárias de certo porte; quando no princípio de Novembro desse mesmo ano, chega a Cochim e obtem do rei local autorização para erguer fortaleza, logo D. Francisco de Almeida ali instituiu um hospital sob a invocação da Santa Cruz, para o qual eleborou um regimento que confiou a Gonçalo Fernandes³⁵.

Notícias deveras interessantes e significativas são estas que colhemos em Gaspar Correia. Vencida a guerra movida contra os Portugueses pelo rei de Cananor, em 1507, logo D. Francisco de Almeida deliberou construir ali uma segunda fortaleza. E, conta o cronista:

“Na ponte sobre o mar estaua huma ermida chamada Nossa Senhora da Victoria; junto della mandou o Visorey fazer huma casa d’esprital, de pedra, e junto sua botica de mezinhas, por que lhe disserão os fizicos que Cananor era muyto bom para feridos, e também pera os doentes que viessem nas naos do Reyno; e pera totalas outras doenças era muyto bom Cananor, porque então os homens com o trabalho e mau comer, e se desmandarem com as molheres, bebião muyta agoa, que lhe fazia inchar as barrigas, e amarellos, e opadaços, e lhe inchauão as pernas, e nunca erão são até que morrião; e destes doentes auia muytos em Cochym, que o Visirey per conselho dos fizicos mandaua trazer a Cananor, que nom consentião sayr fóra da fortaleza, e tornauão à sua perfeita saude em pouco tempo; no que o Visorey por seruiço de Deus fez grande prouimento pera o gasto destes doentes³⁶.

Quer isso dizer que se dava já execução a um verdadeiro plano estruturado de apoio em terra com aquilo a que poderiam chamar-se hoje hospitais centrais, servindo os doentes de guerra e aqueles que sucumbiam às más condições sanitárias das longas viagens ou dos extensos períodos passados a bordo, para não falar de doenças contraídas por excessos de vária ordem. E que não se tratava de caso isolado, prova-se pelo facto de, nesse mesmo ano de 1507, medida semelhante se ter tomado em outro ponto capital de escala nas viagens da carreira da Índia, como era a Ilha de Moçambique.

³⁵ Cf. José de Vasconcelos e Menezes, *op. cit.*, p. 119.

³⁶ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, ed. cit., vol.I, p. 729.

Com efeito, refere o mesmo Gaspar Correia que, ido do Reino por capitão de Sofala, levava Vasco Gomes de Abreu:

“em regimento que em Moçambique fizesse huma torre de dous sobrados, em que se aposentasse, e fizesse grandes casas pera recolhimento das fazendas que se descarregassem, e sobre tudo fizesse hum espirital pera os doentes que hy chegavam do reyno”.

Chegado a Sofala, logo Vasco de Abreu enviou Nuno Vaz para Moçambique, com a missão de dar execução a esse regimento. Deixemos falar de novo o cronista, que decerto dirá muito melhor do que eu:

“Chegando Nuno Vaz a Moçambique, que falou ysto com os Capitães, todos muyto folgarão, porque auião grande piedade dos muytos doentes que morrião, e todos com muyta vontade, com a gente que era sã se poserão no trabalho de fazer o espirital, pera que fizerão huma casa grande com grande varanda detrás, e casa apartada pera o enfermeiro, e outra pera botica, e aposento do mestre, em que derão tanto auimento que em pouco tempo foy feita, em que metterão os doentes am cateres que se fizerão, e escrauos catiuos do espirital pera seruiço dos doentes, porque os que morrião tudo deixauão pera o espirital, onde os Capitães por suas deuações tomarrão cuidado do espirital, e servião d’enfermeiros cada hum mês, em que se muyto acupauão no bom seruiço e repario dos doentes, a que dauão muytas marmeladas, e conseruas, e do comer erão muyto reparados”³⁷.

Talvez por este hospital tenha passado Camões, quando, 61 anos depois, invernou em Moçambique no seu regresso ao Reino!

Em 1532 temos notícia do hospital de Malaca, que não se encontrava aliás em muito boas condições de funcionamento, visto que o Padre Afonso Martins escreve ao Rei pedindo físicos e cirurgiões³⁸.

³⁷ *Ib.*, p. 785.

³⁸ Vide *Documentação para a história das Missões e Padroado Português do Oriente* publicada pelo Padre António Silva Rego, vol.II, doc. 82.

E em 1542 já o hospital de Goa, que vários viajantes referem com rasgados encómios e viva admiração, tinha adquirido tal relevo e projecção que a sua administração era confiada à Santa Casa da Misericórdia local³⁹. Esta solução seria, aliás, tomada relativamente a muitos outros hospitais da Índia e do Brasil e será importante não esquecer os heroísmos de devoção e caridade com que as irmandades da Misericórdia eram, neste piedoso mister, secundadas pelas ordens religiosas mais consagradas à evangelização, em especial os Dominicanos e os Jesuítas, Mas alargar-me, neste momento, por esse tão dilatado campo não é possível.

Apenas me permito lembrar agora a parte de sacerdócio, tão heróica, de grandeza e de humanidade, que os físicos, cirurgiões e boticários tiveram no alívio dos sofrimentos que marcaram os corpos e as almas dos Portugueses por terras de remotos climas e mares nunca dantes navegados. Esta tarefa do passado constitui, sem sombra de dúvida, título que à classe dos médicos confere inequívoco e inegável direito de partilhar com os obreiros do Portugal que fomos, aquela “glória por trabalhos alcançados” que o génio de Camões simbolicamente lhes preparou na umbrosa cumplicidade da Ilha dos Amores miraculosamente surgida para ele do “reino Neptunino”, aquele mesmo mar, que assim lhes dava o prémio da imortalidade, depois de lhes ter dado “tanta perda e tanto dano”.

E se Camões não menciona, entre os convivas de Tétis que, na “ínsula divina”, ascendem à esfera mítica dos heróis, algum físico, cirurgião, boticário ou simples barbeiro sangrador, foi certamente porque disso se esqueceu, em passageiro momento de sono, como os que, de vez em quando apoquentavam o Poeta da *Ilíada*.

Mas lá estão o Dr. Garcia de Orta, sobraçando os *Colóquios dos simples e drogas e cousas medicinais da Índia* e o boticário Tomé Pires folheando a sua *Suma oriental*, para, só por si, defenderem a honra da classe e, sobretudo, para mostrarem como os médicos e cirurgiões que assistiam às armadas e guarnições portuguesas imprimiram à ciência de Hipócrates e de Galeno a dimensão moderna que o seu “saber de experiência feito” por tão longes terras e mares alcançou.

³⁹ *Apud* José de Vasconcellos e Menezes, *op.cit.*, p. 285.

